



Editor: Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire
Repórteres: Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale

Número 92 - 03 de Dezembro de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a versão em inglês tinyurl.com/sub-moz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Mais uma vez a CNE violou a lei eleitoral ao recusar publicar resultados provinciais

O número de votos obtidos por cada partido na eleição dos membros da assembleia provincial não foi divulgado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). O presidente da CNE, Abdul Carimo, ao anunciar os resultados oficiais das eleições a 27 de Outubro, limitou-se a publicar apenas o número de mandatos conseguidos por cada partido. A omissão dos votos obtidos por cada partido viola a legislação eleitoral.

O mapa oficial dos resultados das eleições deve conter o número total de votos obtidos por cada lista e o número total de mandatos atribuídos a cada lista, segundo o artigo 143 (alíneas d; e), da Lei nº 3/2019 de 31 de Maio.

Este Boletim tentou, sem sucesso, durante duas semanas, ter acesso aos resultados através do porta-voz da CNE, Paulo Cuinica. Contactado pelo Boletim, Cuinica disse ter reencaminhado o nosso pedido ao Chefe do Departamento do Gabinete do Presidente da CNE. O Boletim tentou, ainda, sem sucesso, abordar o Chefe do Departamento.

Delegados detidos em Gaza - 18 libertados e 4 ainda presos

Foram detidos quatro delegados de candidatura do partido MDM no dia das Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais de 15 de Outubro, no distrito de Chókwè. O Porta-voz do MDM, Fernando Bismarque, informou hoje ao Boletim que o partido através de advogados está a lutar para libertação dos delegados, mas sem muitos sucessos, pois “trata-se de mais uma questão política”, disse. Bismarque informou ainda que os quatro

detidos ainda não foram julgados e que foram transferidos da cadeia de Chókwè para cadeia de Xai-Xai.

Foram igualmente detidos no dia 15 de Outubro 18 delegados de candidatura do partido Nova Democracia (ND). No entanto, mediante pagamento de caução no valor total de 720 mil meticais, o Tribunal Judicial do Distrito de Chókwè concedeu, este sábado, liberdade provisória aos delegados.

O Tribunal decidiu como condição para liberdade de cada um dos 18 detidos o pagamento de caução no valor de 40 mil meticais, num prazo de cinco dias a contar da passada terça-feira (26 de Novembro). Nem os familiares dos detidos, nem o partido tinham o valor exigido. Sendo assim, o valor foi reunido através de uma campanha de angariação de fundos que decorreu logo após a decisão do tribunal.

“Estamos num momento de resgate. Então primeiro resgatamos o nossos inocentes e depois travamos esta luta para que aqueles que sequestraram sejam responsabilizados nas barras da justiça. Todo esta concerto de ilegalidades tem pai, tem padrinho mas, acima de tudo, tem actores principais desde os órgãos eleitorais, a polícia e os próprios actores que

deveriam investigar cumprindo a lei e se recusam a respeitar a nossa legislação em Moçambique”, afirmou Quitéria Guirengane citada pela Rádio França Internacional (RFI).

Ouvida pelo Boletim, a mandatária nacional do ND, Guirengane disse que, para o pagamento do valor da caução o partido beneficiou de ajuda interna e externa. “O valor das guias foi pago pela Southern Africa Human Rights Defenders e a Amnistia Internacional por intermédio do CDD”, disse Guirengane. A mandatária do ND explicou também que parte do valor arrecadado no país serviu para “custear o aluguel das viaturas que foram usadas para transportar os delegados para diferentes pontos da província de Gaza e para prover uma assistência básica aos 18 delegados”.

Os delegados foram detidos pela Polícia sob orientação do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) alegadamente porque as credenciais que possuíam eram falsas. Os detidos são acusados de crimes de falsificação e uso de documentos falsos e não de ilícito eleitoral.

Mas o STAE e a CNE recusaram-se a emitir credenciais aos delegados do ND, o que também é crime, mas nenhum dos seus funcionários foi detido.

A não emissão de credenciais é abrangida pelo crime de obstrução de delegados, punível com uma pena de até três meses de prisão (Lei n. 2/2019, de 31 de Maio, artigo 235). Os delegados são acusados de falsificação de documentos, que é punível com uma pena de dois a oito anos de prisão (Lei n. 2/2019, de 31 de Maio, artigo 239).

Dos 18 detidos, 12 eram do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

Rainha Macuta obrigada a cessar funções em Mogovolas

Ana Margarida Fernando Martunato, também conhecida por Rainha Macuta, foi obrigada a cessar as suas funções como Rainha da sede do distrito de Mogovolas, Nampula, alegadamente por pertencer a um partido da oposição.

Antes de cessar funções, Macuta foi detida durante sete dias na cadeia civil de Mogovolas,

tendo sido obrigada a entregar o fardamento e as insígnias atribuídas aos régulos. A detenção ocorreu no princípio do mês de Setembro, enquanto decorria a campanha eleitoral. A rainha entende que o afastamento das suas funções tem motivações políticas.

Entrevistada pelo Boletim, Macuta disse que o Chefe do posto do distrito de Mogovolas foi quem fez a queixa no comando por três vezes. “Não foi o Governo que retirou o fardamento, foi o Chefe do Posto que foi queixar ao administrador e ordenou que os polícias me levassem para cadeia”, disse Macuta. “Passados sete dias na cadeia me levaram ao Tribunal, e lá exigiram que eu entregasse o fardamento, dizendo que se não entregar fardamento, vamos lhe devolver a cadeia”.

A rainha contou ao Boletim que entregou o fardamento e foi obrigada a pagar uma caução de mais de 1000 meticais.

Durante a campanha eleitoral, a rainha esteve a apoiar para o partido no poder, como sempre fez nos anos em que houve eleições. Entretanto a mesma diz ter sido proibida de fazer campanha a favor da Frelimo. “O secretário distrital do partido Frelimo em Mogovolas não queria que eu fizesse a campanha. Tive de ligar para o Governador da província para que fizesse”, disse a rainha.

Desde setembro que a rainha não exerce as suas funções no regulado de Mogovolas. “Neste momento quem ocupou o meu lugar é o meu sobrinho, Ezequiel Mário que não está a exercer a função como deve ser”, disse Macuta, explicando que os membros da Comunidade ainda recorrem a ela quando tem problemas por resolver.

Ouvido pelo Boletim, o secretário distrital da Frelimo, João Pereira, negou ter impedido a rainha de fazer campanha pela Frelimo. “O comportamento dela não agradava aos membros da Frelimo, ela é confusa”, disse Pereira.

Ana Margarida tem 51 anos de idade, é solteira, não tem filhos e vive com dois netos, filhos de suas sobrinhas. Macuta exerceu a sua função como Rainha, em Mogovolas, desde 2008 até Setembro do ano em curso (há 11 anos).

Rainha Macuta foi simpatizante de um partido da oposição de 2003 a 2005. Mas de lá até então tem apoiado a Frelimo.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia a veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

As edições do Boletim sobre eleições municipais de 2013 e eleições gerais de 2014 estão disponíveis em <http://bit.ly/2H066Kg>.

Existem dois arquivos detalhados de resultados eleitorais, um do London School of Economics em <http://bit.ly/MozEIData> e outro do IESE em <http://www.iese.ac.mz/eleicoes-results>

Eleições Gerais 2019 é parte do Programa Votar Moçambique



Programa financiado por:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA

Programa cofinanciado por:



COOPERAÇÃO AUSTRIACA PARA O DESENVOLVIMENTO